

PSDB e PMDB renovam as discussões sobre Roriz

A um dia do encerramento do prazo dado pelo TRE para a entrada de representações contra os candidatos, a elegibilidade do ex-governador Joaquim Roriz continua a movimentar os partidos de Brasília. Ontem, a executiva regional do PSDB decidiu reforçar o pedido de impugnação movido pelo deputado federal tucano, Sigmaringa Seixas, adicionado à petição inicial do parlamentar argumentos complementares. O PMDB faz o contrário, e pressiona o PL para que a legenda volte atrás, e retire pedido de inelegibilidade de Roriz.

Na avaliação do PMDB, a iniciativa de Adelmir Araújo Santana, candidato a deputado distrital, e membro da executiva regional do PL, de solicitar a inelegibilidade de Joaquim Roriz, foi, no mínimo, impróprio, precisando ser revista. O partido acredita que somente o Ministério Público tem prerrogativas para tal acionamento à Justiça Federal.

Do outro lado da disputa, o PSDB pretende fechar ainda mais o cerco sobre o ex-governador Joaquim Roriz. Quando na

última segunda-feira Sigmaringa Seixas procurou o TRE, ele o fez na condição de deputado federal, e não de presidente do partido. Agora, depois de estudos mais detalhados da assessoria jurídica dos tucanos, novos argumentos foram levantados, e serão acrescentados ao processo inicial.

Ainda estão sendo guardados em segredo esses argumentos, e também qual a forma a ser utilizada pelo PSDB para ingressar na Justiça eleitoral. O certo é que, desde já, os tucanos pretendem, com base na defesa apresentada pelos advogados de Roriz, apresentar novas evidências de que o ex-governador de Brasília é mesmo inelegível.

O senador Pompeu de Sousa adiantou, embora sem novidades, que "o partido irá reforçar a tese de que Roriz, por ter sido indicado pelo presidente da República, tinha mais poderes do que se tivesse sido eleito pela população". O fim do raciocínio do parlamentar desemboca na conclusão de que "Roriz possuía ainda mais liberdade para movimentar a máquina do Estado a seu favor".